

VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo
II Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo
Vida Sustentável: práticas cotidianas de consumo
12, 13 e 14 de setembro de 2012 - Rio de Janeiro/RJ

A agenda 21 local do município de Assú/RN e os reflexos negativos causados por ausência de projetos e ações focadas em práticas cotidianas de consumo

¹Francisco Assis da Cunha Neto

RESUMO

A Agenda 21 brasileira tem como objetivo principal instituir um modelo de desenvolvimento sustentável a partir da avaliação das potencialidades e vulnerabilidades de nosso país, determinando estratégias e linhas de ação cooperadas ou partilhadas entre a sociedade civil e o setor público. Partindo desse objetivo, foi proposta a elaboração e a aplicação da Agenda 21 nos municípios do Brasil, com a ideia de que as ações locais sustentavelmente positivas podem contribuir para a efetivação nacional de práticas sustentáveis. Por via de consequência, podemos concluir que esse documento, norteador de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, deve englobar ações e projetos que conduzam a sociedade a práticas de consumo focadas na sustentabilidade, uma vez que o conjunto das ações individuais é determinante para se analisar a sustentabilidade de uma determinada localidade. Na Agenda 21 Local do município em questão, não se observa propostas de ações e projetos que contribuam para mudanças de atitudes cotidianas, individuais que contribuam para o desenvolvimento sustentável. O presente trabalho objetiva em demonstrar que a ausência desses projetos na Agenda 21 Local do município inviabiliza ações voltadas para o alcance local do desenvolvimento sustentável. A metodologia utilizada se efetiva através de pesquisa bibliográfica e documental da Agenda 21 municipal. Além disso, foi realizada entrevista com o gestor municipal. As pesquisas e análises realizadas demonstram que o documento Agenda 21 do município em estudo, além de não estar sendo aplicado, não possui projetos e estratégias claramente definidas com foco na conscientização e envolvimento da população local na busca de hábitos cotidianos de consumo sustentável.

Palavras-chave: Agenda 21. Desenvolvimento Sustentável. Políticas Públicas para Práticas Cotidianas de Consumo Sustentável.

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Esp. Em Consultoria Empresarial pela UNP e Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: apice-consultoria@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Até início dos anos sessenta e setenta, as preocupações de ordem socioambiental não tinham espaço nas discussões políticas dos líderes mundiais. A ordem do dia, nesse período, era manter os elevados índices de crescimento econômico de todas as formas possíveis. A natureza, fonte de recursos desses modelos de desenvolvimento, apresentava-se de maneira abundante e infinita, mas isso apenas aos olhos daqueles que não queriam enxergar que, um dia, o homem extrapolaria os limites do equilíbrio e passaria a entrar em um processo de descontinuidade.

Era difícil, e ainda está sendo, mudar a cultura do crescimento econômico e migrarmos para uma cultura de real desenvolvimento, baseada em princípios éticos econômicos, sociais e ambientais. Muito ainda precisa ser feito e a principal força motriz nesse processo são os governos, que devem agir de maneira proativa na condução de projetos e programas de governos capazes de conduzir a sociedade para um novo modelo de desenvolvimento, baseado na ecosustentabilidade.

O termo Desenvolvimento Sustentável, ainda que de forma modesta, passou a ter prioridades nas preocupações dos agentes públicos e privados, mesmo que essa preocupação seja apenas de caráter econômica. Ou seja, é preciso que a sociedade passe a se desenvolver de maneira sustentável ou as fontes de recursos findarão e, assim, não poderão continuar a maximizar a riqueza financeira dos empreendimentos.

Com o aumento das preocupações de caráter socioambiental, a ONU organizou, em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como RIO Eco-92. Na pauta da conferência, constavam as alternativas de formas de desenvolvimento para que, a partir daí, as nações implantassem, em seus países, políticas de melhor relação entre o homem e a natureza, ou seja, baseassem seu desenvolvimento em princípios sustentáveis.

Durante o evento, foi entregue aos países participantes o projeto *Agenda 21*, documento que deveria orientar sobre como desenvolver ações, com o envolvimento da sociedade, na busca por esse novo modelo de desenvolvimento baseado em princípios éticos do ponto de vista econômico, social e ambiental. A proposta central da Agenda 21 era a ideia de que as ações locais de projetos e programas sustentáveis, onde

acontece verdadeiramente a relação insustentável entre homem e natureza, devem contribuir para o desenvolvimento sustentável do seu município, do seu país e, conseqüentemente, do mundo. Por isso, a Agenda existe nos níveis global, nacional e municipal, cada um com sua realidade e especificidade.

No processo de concepção, implantação e avaliação de sua Agenda 21, o país e os municípios devem atentar para o fato desse documento não ser apenas de responsabilidade dos governos, mas sim de reponsabilidade destes com o envolvimento de toda a sociedade, sendo necessária a interação da sociedade em todas as fases dos processos. Sem esse envolvimento, o documento pode estar fadado apenas a sua existência material, sem que os projetos ali presentes passem do campo das ideias. Projetos que envolvam a sociedade, em sua plenitude, na busca por um novo modelo de desenvolvimento devem estar presentes nessa agenda. Os indivíduos precisam entender que suas ações cotidianas de consumo podem estar fomentando o uso indiscriminado de recursos naturais e de força de trabalho a todo custo, ou seja, a sociedade precisa saber o que está consumindo, desde sua origem primária.

Projetos que desenvolvam esse tipo de atitude consciente de consumo são de grande importância para efetivação da Agenda 21 Local como documento norteador de ações, na busca pelo desenvolvimento ecosocioambiental sustentável.

No caso da Agenda 21 Local do município de Assú/RN, pode-se observar que inexistem projetos que visam envolver e conscientizar a sociedade, de maneira geral, sobre as práticas cotidianas de consumo, limitando, assim, o alcance das metas e objetivos propostos pela Agenda 21 brasileira. A inexistência de projetos na Agenda 21 do município agrava-se a partir do momento em que a gestão municipal não fomenta sua adequação para inclusão de programas e projetos que visem suprir essa aresta deixada na fase da concepção inicial do documento Agenda 21.

1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PRÁTICAS COTIDIANAS DE CONSUMO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento que temos hoje, segundo SACHS (2009, p.25), “deve trazer consigo a promessa de tudo, ou seja, a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural” difere do entendimento que se tinha até os anos sessenta da

década de noventa, o conceito de crescimento econômico objetivando apenas o aumento e acúmulo de riqueza material. Segundo VEIGA (2010, p.43) até o início dos anos 1960, não se sentiu muito a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização. Após esse período, observou-se que não se podia buscar o desenvolvimento baseando-se apenas no desenvolvimento industrial a todo custo, sem atentar para as questões socioambientais.

Antes do surgimento desse entendimento de desenvolvimento sustentável que temos hoje, o homem usava indicadores apenas econômicos para classificar os países como sendo desenvolvidos, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Era o caso do indicador PIB que mede o desenvolvimento apenas do ponto de vista da produção de um determinado país. Com a evolução do entendimento de desenvolvimento, as organizações criadoras desses indicadores, como por exemplo, a ONU, passaram a utilizar indicadores complementares para essa classificação, dentre os quais o IDH. Como cita VEIGA (2010, p.52): “várias organizações internacionais, a começar pelo próprio Banco Mundial, empenham-se, hoje para encontrar a melhor maneira de esverdear o PIB e o PNB”.

Com essas novas formas de avaliação do desenvolvimento, de um determinado país ou região, pode-se observar que países considerados desenvolvidos são grandes produtores de grandes ações de degradações do ponto de vista socioambiental. Mesmo com o advento dessas novas formas de avaliação de desenvolvimento, pode-se observar que as ações e aplicações práticas de políticas principalmente focadas na busca de uma prática cotidiana de consumo sustentável, que busquem esse novo modelo de desenvolvimento, acontecem apenas de forma modesta e desproporcional aos impactos, ainda gerado pelas ações do homem sobre a natureza, a práxis humana.

A preocupação humana com as questões de desenvolvimento ainda é condizente com a quantidade de ações e políticas desenvolvidas para superar os conflitos entre o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável.

Vivemos igualmente em um mundo de privação, destituição e opressão extraordinárias. Existem problemas novos convivendo com antigos – a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fomes crônicas muito disseminadas, violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de

gente das mulheres e ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e a sustentabilidade de nossa vida econômica e social. Muitas dessas privações podem ser encontradas, sob uma ou outra forma, tanto em países ricos como em países pobres. (SEM, 2010, p. 9).

O homem, na Modernidade, passa a despertar para o risco em que estão sustentadas suas formas de consumo e relações entre si e a natureza. No entanto, ainda assim, talvez por se tratar de uma questão cultural e histórica, não consegue mudar, de forma significativa, esses padrões de consumo e relações, continuando a adotar práticas cotidianas de consumo de forma insustentável, sem ações efetivamente intensas para superação desses conflitos.

Na busca por essa nova forma de desenvolvimento, o sustentável, as ações dos atores sociais e agentes devem ser aplicáveis e efetivas, capazes de proporcionar uma recuperação dos danos já causados e modificando as formas atuais de interação entre o homem e a natureza. Entretanto, por muito tempo, as relações entre homem e natureza eram postas de maneira dicotômica. No desenvolvimento das teorias sociais clássicas, pouco pode se observar de contribuições teóricas diretas e preocupadas com as questões ecológicas e de relações entre o homem e a natureza. O autor HANNIGAN (2009) coloca, em seu livro *Sociologia Ambiental*, que, dos três principais teóricos sociais, Marx foi o que mais contribuição deixou para formulação de teorias modernas focadas na sustentabilidade nas relações entre homem e natureza.

Marx e Engels acreditavam que o conflito social entre as duas principais classes na sociedade, que são os capitalistas e o proletário (trabalhadores), não só aliena as pessoas comuns dos seus trabalhos, mas também leva ao estranhamento delas da própria natureza. Em nenhum lugar isto está mais evidente do que na “agricultura capitalista”, a qual coloca um rápido lucro da terra na frente do bem-estar dos humanos. (HANNIGAN, 2009, p 24).

Como já exposto, historicamente, o homem, em suas práticas de consumo, chegou a conceituar esse progresso, do período anterior à década de sessenta, como sendo um desenvolvimento, mas sem entender que o desenvolvimento apenas existe quando realizado de forma plena, nas esferas econômica, social e ambiental. A exclusão de qualquer uma dessas transforma esse desenvolvimento em apenas um progresso econômico insustentável, como cita VEIGA (2010, p.55): “atropelar e pisar os outros, andar sempre a cotoveladas ao encalço do outro não podem ser o destino mais desejável da espécie humana”, ou seja, a cooperação com vistas a um futuro comum e de

fundamental importância para uma boa relação entre os homens e entre estes e a natureza.

O desenvolvimento é bem mais abrangente que o progresso econômico. Na verdade, até mesmo esse dito progresso econômico, para FURTADO (1974), configura-se como utópico, uma vez que jamais a humanidade terá, de maneira homogênea, um mesmo padrão de consumo e de vida econômica, sendo sempre necessária uma grande massa pobre sustentando uma pequena minoria privilegiada. Se o homem não for capaz de promover a liberdade, a igualdade e a disponibilidade futura dos recursos atuais, jamais poderemos considerar a relação atual entre homem e natureza como promotora do desenvolvimento.

Ainda sobre essa nova forma de desenvolvimento que se busca, não podemos deixar de considerar a liberdade, que deve ser capaz de promover a participação democrática dos cidadãos em decisões que possam interferir em suas vidas. Mas, para isso, deve-se permitir a esse mesmo cidadão o acesso a uma educação promotora de desenvolvimento, para que ele, como ator e agente, possa adotar práticas conscientes de consumo cotidiano, permitindo a realização do desenvolvimento sustentável.

Na busca pelo desenvolvimento, o envolvimento da menor parte da sociedade, tratando aqui dos indivíduos, é fator fundamental no alcance dessa sustentabilidade. São esses indivíduos que devem avaliar seus empenhos individuais, principalmente suas ações cotidianas de consumo e as decisões políticas de seus representantes legais. Essa cobrança deve ocorrer de forma sistêmica, para que se possam perceber as reais mudanças promotoras do desenvolvimento sustentável. E para que esses indivíduos possam desenvolver essa habilidade vigilante, precisam ser conhecedores das diferenças, já apresentadas, de progresso econômico e desenvolvimento sustentável.

Necessário se faz que, anteriormente a essa cobrança por parte dos indivíduos, os entes federativos desenvolvam políticas públicas capazes de gerar e proporcionar a aproximação do assunto a todos os atores e agentes sociais. Continuando a ideia de que cada parte da sociedade deve ser promotora de ações que busquem um real desenvolvimento baseado na sustentabilidade, podemos aqui citar os entes federativos União, Estado e Município.

Na busca por esse modelo de desenvolvimento, devemos trabalhar de maneira socialmente integrada, haja vista a contribuição que cada uma pode fornecer às demais. O Estado, com o grande poder que detém, deve, também, desempenhar uma atuação firme, buscando um real desenvolvimento para as sociedades.

O Estado nacional tem três funções principais:

- a) A articulação de espaços de desenvolvimento, desde o nível local (que deve ser ampliado e fortalecido) ao tradicional (que deve ser objeto de uma política cautelosa de integração seletiva, subordinada a uma estratégia de desenvolvimento endógeno);
- b) A promoção de parcerias entre todos os atores interessados, em torno de um acordo negociado de desenvolvimento sustentável;
- c) A harmonização de metas sociais, ambientais e econômicas, por meio do planejamento estratégico do gerenciamento cotidiano da economia e da sociedade, buscando um equilíbrio entre diferentes sustentabilidades (social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política) e as cinco eficiências (de alocação, de inovação, a keynesiana, a social e a ecoeficiência). (SACHS, 2004, p.11).

Sem desprezar o peso da importância dos demais atores sociais, capazes de promoverem o desenvolvimento sustentável, pelas afirmações de SACHS (2004), pode-se observar a grande importância do Estado na condução das sociedades para o alcance desse modelo de desenvolvimento. Ainda nesse raciocínio de que a soma das partes é fator primordial para um alcance mais abrangente de atitudes sustentáveis, podemos, mais uma vez, citar VEIGA (2010), que nos diz:

Seja qual for o futuro resultado dessa colossal polêmica, o que já está claro é que a hipotética conciliação entre o crescimento econômico moderno e a conservação da natureza não é algo que possa ocorrer no curto prazo, e muito menos de forma isolada, em certas atividades, ou em locais específicos. Por isso nada pode ser mais bisonho do que chamar de “sustentável” esta ou aquela proeza. (VEIGA, 2010, p.113).

O entendimento que se tem é o de que a soma das ações é que é a verdadeira promotora de um desenvolvimento, mais precisamente de um desenvolvimento sustentável. Jamais uma ação isolada, sem uma integração com outras, pode proporcionar ou fomentar um desenvolvimento global baseado em princípios ecosocioambientais.

Esse pensamento parte da ideia de que se tornamos as nossas práticas cotidianas de consumo, práticas sustentáveis, podemos, cada um enquanto agente social,

contribuir, com nossa parte proporcional, para busca do desenvolvimento com bases e objetivos sustentáveis.

Ainda sobre esse modelo de prática cotidiana de consumo sustentável, podemos citar o Artigo 255 da nossa Constituição Federal, que nos diz que é dever do poder público e da coletividade defenderem o nosso meio ambiente, preservando-o para as gerações atuais e para as futuras gerações. Assim, não podemos apenas esperar ações públicas por parte dos entes federativos. Agir de maneira proativa é uma forma de garantir e contribuir com esse novo modelo de desenvolvimento.

Apesar de podermos agir dessa maneira, sem ter que esperar por políticas públicas, sabemos que grande parte da sociedade não dispõe de conhecimento técnico para contribuir com práticas cotidianas de consumo sustentável; daí, a necessidade de uma atuação mais ativa dos governos na formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres perante o meio em que este está inserido. A não atuação do Estado, nesse sentido, pode inviabilizar ações isoladas de projetos com objetivos e princípios sustentáveis.

A ideia de colaboração das partes deveria estar presente em todas as ações do Estado, uma vez que a cada indivíduo é permitido o entendimento e posterior envolvimento em suas ações. Sem esse envolvimento, poderíamos falar em sucesso local e em fracasso global, ou seja, uma determinada política daria reposta focada a certo projeto, mas, por não conhecimento e envolvimento dos demais cidadãos, esse projeto não poderia contar com uma maior colaboração do todo.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Estado como orientador dos rumos da sociedade deve conduzi-la de maneira ativa e “sustentável”, promovendo, como exposto anteriormente, o desenvolvimento em todas as esferas promotoras do bem-estar da humanidade (econômico, social e ambiental). Organizados de forma sistêmica e complexa, tais governos tomam decisões que se subdividem, segundo M. Marta (2011, p.15) em: definição da agenda, formulação, implementação e avaliação de programas, além da decisão sobre o futuro da política (ou programa). As etapas desse processo de condução das políticas públicas são fundamentais para a promoção de práticas proativas de ações focadas nesse novo

modelo de desenvolvimento. Assim, mais uma vez, fica clara a importância do Estado na condução de uma sociedade promotora de práticas condizentes com o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Dye (2005, p.32), Política Pública é a atuação do governo no que se refere ao que o governo faz, por que faz e que diferença faz, bem como o que o governo escolhe fazer ou não fazer. Assim sendo, podemos concordar que a política pública está diretamente ligada à atuação do governo sobre a sociedade, embora essa atuação nem sempre cause impactos positivos para o todo social. Essa deve ser atenção e o cuidado redobrado por parte do Estado, a fim de garantir que a escolha de um determinado projeto, selecionado dentre outros, seja capaz de proporcionar impactos positivos (a curto ou longo prazo). Daí, a importância de controlar e avaliar tais projetos, processo que deve envolver todos e não só o Estado como implementador das políticas.

2.1. CONTROLE E AVALIAÇÃO

A Agenda política dos governos permite que os mesmos, diante de uma série de projetos apresentados pelos atores sociais, optem por aqueles que mais possam satisfazer as necessidades de um maior número de cidadãos. Os critérios de seleção devem ser bem respaldados e, para isso, cabe aos líderes governamentais a realização de um amplo debate com a intenção de ouvir esses agentes identificando os projetos mais urgentes e capazes de promoverem o real desenvolvimento social.

Após a seleção dos projetos da agenda a serem implantados, os governos partem para a fase de sua implantação para, em seguida, serem controlados e avaliados. No processo de avaliação, analisa-se a relação eficácia e eficiência, decidindo sobre a continuidade ou não do projeto.

Considerando aqui as questões socioambientais e os benefícios gerais por meio de uma melhor gestão desses recursos ambientais e sociais, os projetos que se referem a essa temática de preocupação, são interessantes que estejam em foco nas decisões de opções entre outros projetos. Devemos, aqui, recapitular o conceito de desenvolvimento sustentável, que vai além das preocupações com o meio ambiente (natureza) e passa por questões também sociais.

Todo o cidadão, exercendo seu papel de cidadania, pode contribuir em todas as fases do processo de implantação e avaliação das ações do Estado por meio das políticas públicas.

3. AGENDA 21

A *Agenda 21* foi concebida na ECO-92, um dos primeiros eventos mundiais envolvendo as principais lideranças econômicas mundiais preocupadas com os resultados das interações do homem com a natureza, evento realizado em 1992 no Rio de Janeiro/RJ. Esse documento orientava para que todos os países presentes na conferência criassem sua Agenda 21 e fomentassem para que cada estado e município elaborassem sua Agenda 21, de acordo com as especificidades locais, defendendo a ideia de que as ações locais de cada unidade local dos países contribuiriam para o desenvolvimento sustentável do seu país, que por consequência, esse país, contribuiria para o desenvolvimento sustentável global.

Sem abrir mão das especificidades e realidades locais, cada menor parte desses países deveria seguir as diretrizes da Agenda 21 do seu país, a fim de manter um alinhamento das ideias, objetivos e propostas, evitando ou reduzindo possíveis conflitos.

A partir dessa proposta, no ano de 2002, após um longo período de estudos e análises, o Brasil concluiu sua Agenda 21 e iniciou o processo de orientação para que cada menor parte das regiões brasileiras conduzisse a elaboração de sua Agenda 21, atentando para os processos iniciais de levantamento de dados das realidades locais para que, apenas posteriormente, fossem planejados os objetivos e projetos das Agendas 21 locais.

Uma das premissas básicas, em todo processo de elaboração, passando pela aplicação e avaliação da Agenda, é o entendimento de que a Agenda não é um documento do governo, mas sim produtos de todos os agentes e atores sociais. Ou seja, todos, sem exceção, devem responsabilizar-se por todas as etapas da Agenda 21, lembrando que o Estado deve ser promotor dessa interação para com a sociedade, em virtude do seu alto grau de reponsabilidade na implantação de um projeto dessa magnitude.

Para o Ministério do Meio Ambiente, “a Agenda 21 Brasileira é um poderoso instrumento estratégico, mediante o qual deverá ser construída a ponte entre o modelo de desenvolvimento vigente e o desejado, com base nas aspirações de melhor qualidade de vida e nas prioridades reais de desenvolvimento sustentável”. Ante o exposto, podemos considerar tal documento, se bem elaborado, implantado, controlado, avaliado e retroalimentado, uma ferramenta imprescindível na promoção da nova forma de desenvolvimento, necessária às sociedades modernas.

A agenda 21 brasileira aborda como temas centrais, na busca pelo desenvolvimento sustentável, as questões sociais, econômicas, conservação e gestão de recursos naturais e fortalecimento dos grupos principais. Podemos observar que as dimensões desse documento vão além das preocupações econômicas, associando esta a práticas econômicas e sustentáveis de recursos naturais. Como já exposto, a Agenda 21 Brasileira é base para a construção das agendas dos seus municípios e estes, respeitando sua realidade local, devem contemplar projetos e ações nas seguintes áreas (a) inclusão social; (b) sustentabilidade urbana e rural; (c) preservação dos recursos naturais e minerais e (d) ética política para o planejamento rumo ao desenvolvimento sustentável.

Está implícito, nessas colocações, que a atuação individual dos cidadãos é fator preponderante para o sucesso das fases, já expostas, da Agenda 21, seja ela Global, Brasileira ou Local. O envolvimento na sua elaboração tende a gerar, nos indivíduos, um senso de reponsabilidade e cobrança na realização dos seus projetos, sem contar com a contribuição isolada de ações dos agentes, como a adoção das práticas cotidianas dos recursos naturais, utilizando critérios seletivos de consumo, exigindo mudança de produção da toda cadeia produtiva, principalmente aquelas geradores de produtos sem bases sustentáveis.

3.1. AGENDA 21 LOCAL – ASSÚ/RN

Seguindo as orientações e bases da Agenda 21 brasileira, entregue em julho de 2002, o município de Assú/RN, cidade atualmente com 55.000 habitantes, segundo último senso demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, localizada na região central do estado do Rio Grande do Norte distante a 210 quilômetros da capital Natal campo desta pesquisa, entregou aos seus cidadãos, em 2004, sua Agenda 21 Local. Seu processo de elaboração deu-se de maneira terceirizada, ou seja, a gestão local do município passou a responsabilidade pela elaboração de tal documento para

uma empresa de consultoria privada, denominada *Valer*. O custo, apenas para elaboração da Agenda, chegou a uma quantia de R\$ 286.000,00 (duzentos e oitenta e seis mil reais), como consta no Portal da Transparência do Governo Federal.

Em sua elaboração, foi adotada toda a recomendação proposta pela Agenda 21 brasileira, sendo ouvidos todos os órgãos, entidades representativas da iniciativa privada e os líderes de todos os campos e setores da cidade. Os debates deram-se por meio de fóruns, reuniões, encontros etc., conforme consta no documento.

Após a coleta e análise dos dados, realizadas pela empresa terceirizada, foi entregue a Agenda 21 Local desse município. Esse documento dividia-se da seguinte maneira: primeiramente apresentava sua justificativa, bem como, de forma bem detalhada, o perfil socioambiental do município; em seguida, expunha suas metas e programas para seu alcance e, por fim, toda a orçamentação, mostrando a necessidade de recursos capazes de proporcionar o sucesso dos objetivos propostos.

Porém, na apresentação dos programas, observava-se pouco, ou às vezes nem se observava, o direcionamento dos projetos passando por uma fase de divulgação, de envolvimento com toda a sociedade, capaz de conscientizá-la a participar e envolver-se com as propostas do documento. Assim, o conceito da importância da menor participação para o maior alcance caía por terra, uma vez que a maioria da sociedade até desconhece o significado e a existência da Agenda 21 Local.

Concebida no ano de 2004, a Agenda 21 deste município nunca passou por uma reformulação e adequação à nova realidade local, assim como propõe a Agenda 21 brasileira. Ou seja, o município tem sua Agenda 21, mas com uma defasagem de adequação de cerca de 8 (oito) anos, período em que muitas mudanças nas áreas da agenda (econômico, social e ambiental) podem ter ocorrido, exigindo uma readequação de programas e metas.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apesar de identificarmos projetos direcionados para questão dos estímulos à inclusão de uma política de Educação Ambiental, pouco se observam, na Agenda 21 Local do município em estudo, projetos significativos e com forte direcionamento para uma conscientização de toda a sociedade para a adoção de práticas de consumo

sustentável. Colocar-se-ia, assim, nesse consumidor (na condição de agente), a ideia de que ele deve questionar a origem dos produtos consumidos, passando a adotar uma prática de consumo capaz de conduzir a sociedade para essa nova forma de desenvolvimento.

A agenda 21 de Assú/RN apresenta importantes projetos capazes de contribuir para a busca do desenvolvimento baseado na sustentabilidade, mas os projetos ali presentes propõem ações focadas em áreas e setores críticos nas áreas ambientais e sociais. Tais projetos poderiam ter seus objetivos e metas maximizados se envolvessem não só os atores das áreas críticas, mas sim toda sociedade (na sua condição de agente). A interação promove maiores e melhores resultados, ainda que as partes possam contribuir de maneira modesta.

No módulo de ações sociais da Agenda 21 de Assú/RN, são previstas campanhas informativas para o controle de enfermidades resultantes de fatores ambientais. Ações apenas com esse perfil não conduzem a sociedade para uma mudança de consumo. Necessário se faz desenvolver estratégias mais claras, precisas e objetivas com foco nas mudanças de consumo. Não se observam, com clareza, projetos indutores de mudanças nas formas atuais de consumo.

A ausência de projetos que visem à mudança de consumo cotidiano, insustentável, migrando para uma prática cotidiana de consumo sustentável, agrava-se pelo fato de a Agenda 21 Local desse município não estar sendo colocada em prática pela atual gestão. As decisões, que tem reflexo diretamente na área ambiental, tomadas pela atual gestão, não passam por uma análise e consulta dos projetos e programas presentes na Agenda 21. Assim, a Agenda do município tem sua existência apenas proforma e sem aplicação prática, onde a maioria da sociedade até mesmo desconhece a existência, e até mesmo o significado desse documento (observação empírica do pesquisador).

O gestor municipal mostra-se preocupado com as questões ambientais do município, mas não possui planos estratégicos consistentes, apesar de apresentar alguns projetos nessas áreas, capazes de conduzir a situação atual da sociedade local, para condução de uma sociedade eticamente ecológica e sustentável em suas práticas de consumo cotidianas. Ações isoladas não são suficientes, necessária se faz a adoção de uma metodologia de interação, quando falamos em desenvolvimento sustentável.

Talvez uma adequação e reestruturação da Agenda, com a inclusão de projetos focados em conscientizar a sociedade sobre seus padrões de consumo, e do município, passando pela fase de implantação, controle e avaliação dos projetos ali existentes, pudessem fomentar a condução de uma sociedade que se desenvolva nas esferas ambientais, econômicas e sociais, ou seja, uma sociedade com bases sustentáveis.

5. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, a partir da qual objetiva-se descrever e analisar a Agenda 21 Local do município de Assú/RN, quanto à sua aplicabilidade e aos reflexos negativos causados por ausência de projetos focados em práticas cotidianas de consumo sustentável. Pela análise e objetividade dos resultados, a pesquisa se caracteriza por possuir uma abordagem qualitativa e quantitativa.

Em uma pesquisa de natureza exploratória, segundo Cervo e Bervian (1996), busca-se a familiaridade com o assunto estudado, em função de um aprofundamento e novas percepções sobre o mesmo.

Na análise descritiva, a observação, registro, análise e descrição dos fatos, sem manipulá-los, são presentes. (CERVO e BERVIAN,1996).

No tocante à abordagem quantitativa dos dados, Godoy (1995) afirma que se precisa ter uma medição objetiva e a quantificação dos resultados, para que as prováveis distorções de entendimento sejam evitadas, sempre se buscando a precisão das análises.

Já a abordagem qualitativa também se relaciona à obtenção de dados descritivos ligados a pessoas, lugares ou processos, sendo passível de compreensão por parte da perspectiva dos participantes. (GODOY, 1995).

5.1. COLETA DE DADOS

Os dados da pesquisa foram levantados durante o período de janeiro a junho de 2012, baseando-se em análise de documentos (Agenda 21 do município de Plano de Desenvolvimento Sustentável do Município).

Para a coleta de dados, também foram feitas entrevistas com o gestor municipal (prefeito), bem como com alguns representantes da empresa *Valer*, responsável direta pela elaboração da Agenda 21 do município em estudo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma atual de se medir o desenvolvimento de um país ou região começa a ser questionada, necessitando de indicadores que vão além do PIB e IDH e passem a envolver questões de ordem social e ambiental. A humanidade passou a questionar o progresso econômico, baseado em crescimento a todo custo, e passou a explicitar preocupações com as questões que vão além do econômico.

Segundo SACHS (1927) a economia capitalista é louvável por sua inigualável eficiência na produção de bens (riquezas), porém ela também se sobressai por sua capacidade de produzir males sociais e ambientais. Assim, estratégias mitigadoras dessa forma de desenvolvimento começam a dar sinais de importância, mesmo que de forma modesta, na agenda política dos estados e municípios com adoção de políticas públicas voltadas para sustentabilidade ecosocioambiental.

A pesar de ser uma preocupação recente, ela passa a tomar lugar em debates de todas as áreas do conhecimento, cada uma contribuindo para busca dessa nova forma de desenvolvimento. Acima de tudo, o envolvimento dos líderes governamentais torna-se imprescindível para que essas ações possam tornar-se realidade e acontecer de maneira efetiva. Os governos precisam comprar a ideia e entender que sua participação é imprescindível para busca da sustentabilidade ecosocioambiental.

Um dos principais documentos norteadores dessa atuação dos governos surgiu em 1992 na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável a RIO ECO-92. Esse documento é a Agenda 21, que vem com o princípio de envolvimento da maior parte das nações nas ações e projetos promotores do desenvolvimento sustentável. E após 12 anos da conferência o município de Assú/RN entregou a sua população sua Agenda 21. As análises desse documento e de seus gestores nos mostram que seu teor carecer de projetos promotores de envolvimento de toda a sociedade em ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, no documento não é possível identificar, por exemplo, projetos focados em conscientizar a sociedade para uma mudança em suas práticas de consumo cotidiano, assim, inviabiliza o envolvimento da sociedade na execução e contribuição na efetivação da Agenda.

Outro fator negativo da Agenda 21 do município é a não aplicação e consulta, por parte da gestão municipal, nas decisões de investimentos e financiamentos do

governo, ou seja, o documento possui apenas existência física e sua aplicação não se efetiva na atual gestão municipal. Futuras pesquisas podem desenvolver-se como forma de identificar os motivos da não aplicação, pela atual gestão, da Agenda 21 do município em questão.

Na busca pelo desenvolvimento sustentável o envolvimento dos governos e toda a sociedade são imprescindíveis para sua efetivação, principalmente por parte dos governos. Sem participação governamental, muito pouco pode ser feito, mas essa participação deve envolver toda a sociedade, busca-se uma interação nas ações relacionadas ao desenvolvimento ecosocioambiental.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, I. C. GUIMARÃES, L. B. SCOTTO, G. **Desenvolvimento Sustentável**. 5.ed. São Paulo: Editora Vozes, 2010.

COHEN, E. FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DYE, T. **Understanding public policy**. 11.ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2005.

JOHN, H. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSÚ/RN. **Secretária Municipal de Meio Ambiente: Agenda 21 Local**. Edição de 2001 e 2004.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SOUZA, L. M. **Políticas Públicas: Introdução às atividades e análise**. Natal/RN: EDUFRRN, 2009.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. **Do Global ao Local**. Campinas/SP: Armazém do Ipê, 2005.

- WEISS, C. H. **Have we learned anything new about the use of evaluation?**
American Journal of Evaluation, Vol. 19, Issue 1, 1998.
- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil, Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios. 1ª Ed. São Paulo. Editora Papirus, 2003.
- GIANSAN, Roberto, O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. 6ª Ed. São Paulo Editora Atual, 1998.
- REIS, Ana Carla Fonseca, Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável – o caleidoscópio da cultura. 1ª Ed. Editora Manole, 2007.
- MORAES, Orozimbo José de, Economia Ambiental – Instrumentos para o desenvolvimento sustentável. 1ª Ed. Curitiba: Editora Centauro, 2009.
- SILVA, Christian Luiz da. Desenvolvimento Sustentável – um modelo analítico integrado e adaptativo. 2ª Ed. São Paulo: Editora Vozes, 2008
- CARVALHO, Isabel Cristina, GUIMARÃES, Leandro Belinaso, SCOTTO, Gabriela. Desenvolvimento Sustentável 5ª Ed. São Paulo: Editora Vozes, 2010
- SILVA, Christian Luiz da, LIMA, José Edmilson Souza. Editora Saraiva. São Paulo 2010.
- VEIGA, José Eli da, ZATZ, Lia, Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse? 1ª ed. São Paulo Autores Associados 2008
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE (Revista de Administração de Empresas), v. 35, n. 2, p. 57 a 63, mar-abr 1995
- CERVO, A. L., BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 4ª. ed. São Paulo: MAKRON books, 1996
- YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- PRESTES, Maria Luci de Mesquita. A pesquisa e a construção do conhecimento científico 3ª. Ed. São Paulo: RESPEL, 2008.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. 1ªed. São Paulo; Companhia das Letras, 2010;

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento includente, sustentável sustentado. Rio de Janeiro: Garamond Universitária 2004;

HANNIGAN, John. Sociologia Ambiental. São Paulo: Editora Vozes 2009

VEIGA, José Eli Da. Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2010;

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. 4ª Ed. Rio de Janeiro/RJ. Paz e Terra, 1974.